



----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA DE CINCO DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZANOVE** -----

----- **ATA NÚMERO DEZASSETE DE DOIS MIL E DEZANOVE** -----

----- Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, e em cumprimento de convocatória emanada nos termos do disposto na alínea b), no n.º 1, do artigo 12º do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Moura, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em Moura, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Senhor Francisco Valadas Moreno Cerejo, coadjuvado pela Senhora Paula Cristina Barão Ramos e pela Senhora Maria José Machado Canal Gomes, respetivamente Primeira Secretária e Segunda Secretária em exercício. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças” (DOC.01/17), para além dos mencionados, os seguintes membros: -----

----- Maria do Céu Rato Santa Maria Gonçalves; João António Ramos Diniz; João Augusto Espadeiro Ramos; António Domingos Combadão Ramalho; Rui Miguel Costa Apolinário; Antónia de Jesus Vilar Baião; António José dos Santos Gomes; Gabriel Gustavo Boto Ramos; Raquel do Carmo Gomes Martins; Adriano Baião Carrasco; Mária de Fátima Limpo Rim Farinho; Maria da Ascensão Janeiro Batista; Isabel Francisca Barão Migas; Rui Manuel Ramalho Almeida; Francisco Correia Farinho; José Francisco Lúcio Galego; Rui Eduardo Palma Bebiano; Joaquim Mário da Silva Ferreira - Presidente da Junta de Freguesia de Amareleja; António Limpo Montezo - Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa de São Miguel; Bruno Miguel Valente Monteiro - Presidente da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça; Francisco Manuel Canudo Sena - Presidente da União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista) e Santo Amador e Francisco José Gualdino de Almeida Candeias - Presidente da União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração. -----

----- A Câmara Municipal de Moura esteve representada pelo Senhor Presidente, Álvaro José Pato Azedo e pelos senhores vereadores Lurdes da Conceição Pé-Curto Balola; André Albino Linhas Roxas; José Francisco Calado Banha; Ana Maria Charrama Farinho e Manuel Martinho Franco Lavaredas Bio. -----



----- Pediu substituição, que foi apreciada e aceite pelo Presidente da Assembleia Municipal, nos termos dos artigos 26º e 27º, do Regimento da Assembleia Municipal, o membro da Assembleia António José Gonçalves Monteiro, por um dia, tendo sido substituído pela Senhora Maria da Ascensão Janeiro Batista. -----

----- Pediu substituição, que foi apreciada e aceite pelo Presidente da Assembleia Municipal, nos termos dos artigos 26º e 27º, do Regimento da Assembleia Municipal, o membro da Assembleia João Manuel Ezequiel Lopes Gomes, por um dia, tendo sido substituído pelo Senhor Adriano Baião Carrasco. -----

----- De acordo com a alínea j) do n.º1 do artigo 29º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, foi justificada a falta do membro Amílcar António Bengla Mourão, à presente sessão. -----

----- Às vinte e uma horas constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. -----

----- ORDEM DO DIA -----

----- O senhor Presidente informou que passariam ao ponto único da ordem do dia. -----

----- **Ponto Único – Proposta de Contração de Empréstimos a Médio e Longo Prazo (DOC.02/17)** -----

----- O Senhor Presidente, no uso da palavra informou que estavam abertas as inscrições. -----

----- O eleito Rui Bebiano após saudar todos os presentes, informou que relativamente ao assunto em discussão, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal e em coerência com a posição sempre assumida nos órgãos autárquicos, iriam votar favoravelmente a proposta apresentada pela Câmara Municipal, no entanto lamentavam que ao contrário do que era tão defendido pelo partido no passado, não tinha a maioria do Partido Socialista na Câmara Municipal de Moura acolhido alguma das propostas apresentadas pelos vereadores da CDU, destacando a obra de ligação entre a Rua das Hortas e a Rua do Areeiro, que era de elevada importância para a



população daquela zona da cidade e a qual o Partido Socialista continuava, teimosamente, a recusar executar. Continuando manifestavam o seu agrado pela alteração de posição do Partido Socialista no que tocava à contração de empréstimos, reafirmando que nem todos os investimentos poderiam ser efetuados através de recurso exclusivo ao orçamento municipal. Constatando que existia uma alargada margem de endividamento do município que permitia a contração de um empréstimo de dois milhões de euros, aludiu que as recorrentes afirmações do executivo sobre a má situação financeira do município eram exageradas. Prosseguindo e tal como já havia sido referido pelos vereadores da CDU em reunião de Câmara, consideravam ser de todo o interesse que o respetivo empréstimo fosse dividido em dois, sendo que a parte da comparticipação municipal em obras financiadas por fundos estruturais, individualizada, não contribuiria para os limites de endividamento da autarquia. Para finalizar reafirmou que a CDU iria votar favoravelmente a proposta em apreciação, salientando que o voto apenas fazia sentido dentro da sua posição de coerência mantendo o seu posicionamento sobre a possibilidade de recursos a empréstimos por parte do município. -----

----- Após cumprimentar todos os presentes, o eleito António Gomes disse que o pedido de empréstimo apresentado não tinha nada de estranho relativamente àquilo que sempre foi a posição dos elementos do Partido Socialista, quer no executivo, quer na Assembleia Municipal. Seguidamente, salientou que dos três pedidos de autorização para contração de empréstimos, no anterior mandato, apenas um não foi aprovado pelo Partido Socialista, devido a não ter havido flexibilidade por parte do executivo, para discutir e negociar alguns aspetos do empréstimo que a bancada do Partido Socialista achava não serem de forma alguma prioritários, bem como de projetos que na altura não tinham financiamento comunitário. De acordo com a intervenção do eleito Rui Bebiano, frisou que o problema da autarquia era um problema estrutural que não relevava para efeitos de capacidade de financiamento, mas sim para efeitos de absorção da quase globalidade do orçamento por aquilo que eram os custos fixos, ou seja, a forma como a autarquia foi gerida ao longo dos anos, determinou que a estrutura que estava instalada, absorvesse a esmagadora maioria dos recursos da



mesma, fazendo com que o anterior executivo tivesse recorrido a empréstimos para financiar investimentos, situação essa que se mantinha e que era necessário resolver de forma progressiva, de modo a se chegar a uma situação em que do ponto de vista económico a estrutura dos custos de exploração não absorvesse a quase totalidade do orçamento, acrescentando ainda que face a um sem número de projetos que tinham sido candidatados e outros que estavam candidatados, os quais eram necessários serem executados para promover o desenvolvimento do concelho, achava ser perfeitamente compreensível e natural que a autarquia recorresse ao empréstimo, tendo sempre em conta o endividamento das contas da autarquia. Para finalizar, realçou que no final do mandato a situação de endividamento da Câmara Municipal não iria ser diferente da situação inicial, mas aguardava-se que a situação estrutural fosse sendo minimizada para que futuramente a Câmara Municipal tivesse capacidade para efetuar investimentos sem a necessidade de recorrer à contração de empréstimos. -----

----- De acordo com o documento em apreço e achando desproporcional o valor do investimento a efetuar em Moura com o investimento nas freguesias, uma vez que apenas estava sinalizado investimento para a Zona Industrial de Amareleja e para a pavimentação nas freguesias do Concelho, a eleita Antónia Baião questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre quais as freguesias que iriam ser abrangidas, quais os arruamentos cujos pavimentos iriam ser intervencionados e qual o seu montante. -----

----- No uso da palavra, o eleito João Ramos afirmou que a capacidade de endividamento da Câmara Municipal dizia muito sobre aquilo que era a situação financeira que o Partido Socialista herdou da gestão da CDU e ao contrário das intervenções na Assembleia Municipal, referiu que a capacidade que a autarquia tinha de recurso a crédito era revelador daquela situação. Sobre a intervenção do eleito António Gomes, lembrou que a declaração política do Partido Socialista em dois mil e quinze era muito clara, pois a mesma dizia que o recurso ao financiamento externo, em qualquer organização, deveria ser de carácter extraordinário, mas atualmente esse critério não se aplicava, uma vez que nem decorridos dois anos após o início do



mandato, o executivo já pretendia contrair um empréstimo no valor de dois milhões de euros. Relativamente ao problema da despesa corrente mencionou que quando o Partido Socialista rejeitou a contração de empréstimo da CDU, a mesma absorvia setenta e dois por cento das verbas disponíveis, mas que de momento a despesa corrente era de oitenta por cento, pelo que a situação era diferente. Para finalizar e sobre a questão do diálogo e de que a CDU no mandato anterior se recusou a negociar, a comunicar e a dialogar, indicou ter sido um argumento utilizado pelo Partido Socialista para recusar o empréstimo, mas que atualmente essa questão não era problema, logo concluía-se que o Partido Socialista se manifestava de forma diferente de quando estava na oposição. -----

----- Usou novamente da palavra, o eleito António Gomes para tornar a frisar que no mandato transato, dos três empréstimos que a CDU solicitou, o Partido Socialista aprovou dois, pelo que a sua postura não tinha sido de reprovar, mas sim de valorizar as propostas do executivo aprovando-as quando concordavam com as mesmas, quanto ao empréstimo reprovado acrescentou que foi devido ao presidente cessante não ter aceitado negociar e ao elenco daquilo que era requerido para inclusão no empréstimo ser desajustado face à situação da autarquia. Relativamente à questão do diálogo, a situação era completamente diferente, dado que não se pretendia incluir nada em concreto no respetivo empréstimo, pois quem geria a autarquia era quem estava à frente dos destinos da mesma e quem tinha que propor aquilo que queria executar e para a qual pretendia contrair o empréstimo era o executivo. Tal como já havia explicado, e no que dizia respeito à questão dos custos fixos das contas de dois mil e dezoito, acrescentou que era impossível efetuar a comparação direta que se pretendia fazer, pois a situação era completamente distinta, porque o executivo da CDU, para evitar agravar as contas, não contabilizou todo o imobilizado, enquanto que, o executivo em funções ao contabilizar todo o imobilizado, fez com que houvesse uma alteração à estrutura de custos. Conforme já havia referido anteriormente, acrescentou que a estrutura de custos da autarquia foi sendo ajustada a uma receita que não era normal, pois durante vários anos e devido à Central Fotovoltaica de Amareleja, a autarquia tinha uma receita extraordinária anual de cerca de um milhão e meio de



euros e após se verificar a ausência dessa receita a estrutura de custos ficou completamente desajustada, situação que necessitava de ser resolvida paulatinamente para que futuramente a Câmara Municipal tenha capacidade de efetuar trabalho sem ter necessidade de contrair empréstimos. -----

----- De acordo com as intervenções efetuadas pelo eleito António Gomes, e no que dizia respeito às declarações de voto que o Partido Socialista fez sistematicamente ao longo do anterior mandato, o eleito Rui Apolinário mencionou que revelava que o Partido Socialista, em todas as posições que tomou por declaração de voto que era o meio claro e idóneo de o efetuar, manifestou a sua posição relativamente ao porquê das decisões que tomou. Conforme foi referido, a questão dos empréstimos tinha um histórico, histórico esse que não retomava apenas ao anterior mandato, lembrando que no mandato em que foi vereador da autarquia o Partido Socialista aprovou sem reservas um empréstimo no valor de cinco milhões de euros e aquilo que em concreto se passava no atual mandato era que existia um histórico, tornando a frisar a seguinte citação das declarações de voto que o Partido Socialista deixou devidamente consignadas: *"Existem na realidade pontos de convergência em alguns pontos que suportam a nota explicativa do empréstimo, no entanto a maioria CDU que rege os destinos da camara municipal nega-se sistematicamente a dialogar com a oposição."* No âmbito da intervenção do eleito João Ramos, proferiu que a situação política atual não era igual à situação política vivida anteriormente, dado que o presidente da câmara cessante teve todas as condições para exercer o seu mandato na base de diálogo e de concertação com a oposição e a única vez em que houve reuniões de concertação fora do espectro político, centradas nas questões técnicas do empréstimo que resultaram no documento consensual, o presidente cessante viu o empréstimo aprovado, acrescentando que todos os documentos informadores daquilo que era a vida do concelho deveriam ser documentos esclarecidos e consensuais, concluindo-se assim que a política poderia ser tanto melhor quanto a capacidade que as pessoas tinham para dialogar, sendo essa capacidade de diálogo que se continuava a apelar junto da CDU, que apresentassem propostas para que as mesmas fossem consensuais para o desenvolvimento do concelho. -----



----- O senhor Presidente da Câmara, iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e referindo que da parte da Câmara Municipal e do executivo haveria sempre capacidade de dialogar e prestar informação num curto prazo de tempo quer fosse em reuniões de Câmara, quer fosse em Assembleia Municipal. Continuando, reportou que o pedido de empréstimo visava, acima de tudo, ir ao encontro da contrapartida nacional das candidaturas e de algumas obras que tinham que ser realizadas mas que para tal era necessário haver verbas, pois o atual executivo tinha um compromisso com o concelho, tal como compromissos do passado que tinham que honrar, como era o caso do compromisso com o Alentejo 2020, projetos e obras do anterior mandato que necessitavam de ser executadas e terminadas, nomeadamente o Ex-Grémio da Lavoura, as Muralhas Modernas e o Matadouro. Respondendo à questão efetuada pela eleita Antónia Baião, comunicou que existia uma intervenção com a qual o executivo se tinha comprometido e que iria honrar, que era a estrada de Fernão Teles na Freguesia de Sobral da Adiça, acrescentando que relativamente às restantes pavimentações, estava a ser efetuado um levantamento dos arruamentos que necessitavam de intervenção a nível de pavimentação, quer em Moura, quer nas restantes freguesias, informação essa que posteriormente seria fornecida a todos os eleitos. Sobre as acessibilidades em Moura, frisou ser um compromisso do programa eleitoral do executivo em funções e que era para honrar. No que dizia respeito à Zona Industrial de Amareleja disse ser importante para os empresários daquela freguesia, sendo necessário resolver o problema e que em janeiro de dois mil e vinte iria ser submetida uma candidatura para financiamento da fase 1 do projeto. Relativamente ao Centro Escolar dos Bombeiros Voluntários indicou ser um projeto do executivo e que iria ser uma mais-valia dado que resolveria o problema daquela escola e da escola do Bairro 25 de Abril, concluindo assim que para garantir muitas das candidaturas e investir em projetos novos e em projetos que necessitavam de serem finalizados, existia a necessidade de contrair o referido empréstimo. -----

----- Considerando a intervenção do eleito Rui Apolinário, o eleito João Ramos mencionou que a CDU não colocava em causa as negociações políticas para a



contração dos empréstimos nem aquilo que era feito, apenas destacava que existia um posicionamento e um conjunto de argumentos que foram utilizados no anterior mandato para rejeitar um empréstimo, mas atualmente eram aplicados para aprovação do empréstimo em discussão. -----

----- Seguidamente e no que dizia respeito à área recreativa e de lazer do núcleo da Barragem de Alqueva, o eleito Gabriel Ramos comunicou que, em dois mil e dezasseis, por iniciativa da Câmara Municipal de Moura, decorreram reuniões com a EDIA (Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S.A.), concretamente no paredão da barragem, onde foram debatidas as questões da praia fluvial e da piscina flutuante, em que o propósito dessas reuniões foi saber quais as intenções da empresa e qual poderia ser o posicionamento da autarquia para que pudesse ser viabilizada a dinamização do espaço, bem como a criação de infraestruturas. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal interveio para frisar não ser contra museus, mas era deplorável o estado em que o Matadouro se encontrava e era o executivo em funções que iria terminar aquela intervenção para que o edifício ficasse disponível e ao dispor da população de todo o Concelho de Moura e de todo o espólio do Museu Municipal. Para terminar e relativamente à área recreativa e de lazer do núcleo da Barragem de Alqueva, indicou ser um projeto do atual executivo. -----

----- O vereador José Banha, no uso da palavra clarificou que o empréstimo em causa era estruturante e uma necessidade que a autarquia tinha enquanto organismo gestão num território para efetuar um conjunto de obras que estavam contratualizadas desde dois mil e catorze e devido à reorganização financeira que o executivo fez, permitindo alocar verbas para a conclusão de várias obras que eram necessárias terminar. Prosseguiu esclarecendo que a proposta apresentada era uma proposta estratégica para o Concelho de Moura, bem como para fazer fim a um quadro comunitário que era do interesse geral de toda a população, ou seja, o empréstimo era estratégico e uma vez que se estava no final de quadro comunitário e existindo o compromisso do município executar o montante em falta, a autarquia tinha que investir



o montante em causa, existindo assim a necessidade de efetuar a contração do empréstimo no valor dois milhões de euros. -----

----- Solicitou a palavra o vereador Manuel Bio para lembrar que o executivo em funções herdou os projetos do anterior mandato, e apesar de ter existido a necessidade de efetuar alterações nos respetivos projetos, sempre justificou o porquê das alterações efetuadas e sempre foram tratados com seriedade. -----

----- O eleito Gabriel Ramos, no uso da palavra e conforme o Regimento da Assembleia Municipal permitia, solicitou que se possível as próximas sessões da Assembleia Municipal fossem gravadas e transmitidas em direto para que a população pudesse assistir. Para finalizar, referiu que ficava patente na Assembleia que aquilo que anteriormente declaravam na oposição era aquilo que não declaravam atualmente e vice-versa. -----

----- Em virtude da proposta apresentada ter sido alterada após a sua aprovação, na qual foi introduzido um parágrafo, o eleito João Ramos questionou se era possível fazer, se não colocava implicações ao documento e à sua aprovação e se futuramente não colocava problemas no âmbito da contração do empréstimo, uma vez que o documento em discussão não era o mesmo documento que havia sido aprovado em Reunião de Câmara. -----

----- Indo de encontro à questão colocada pelo eleito João Ramos, o vereador Manuel Bio clarificou que a introdução do parágrafo foi proposta dos vereadores da CDU, e após consenso de todo o executivo da autarquia, o documento que viria a discussão da Assembleia Municipal seria o documento com a respetiva alteração efetuada, de modo que o documento em apreciação foi o documento aprovado em Reunião de Câmara. -----

----- O Senhor Presidente verificando não haver mais inscrições, informou que passariam à votação. -----

----- Deliberado por **unanimidade**, com vinte e cinco votos a favor, **aprovar a Proposta de Contração de Empréstimos a Médio e Longo prazo, para liquidação antecipada de contratos de crédito, no montante de 864.417,92€ (oitocentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e dezassete euros e noventa e dois cêntimos) e**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

para aplicação em investimentos, no montante de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros), apresentada pela Câmara Municipal de Moura. -----

----- APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES EM MINUTA -----

----- De acordo com o disposto nos números três e quatro, do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de doze de setembro, foi elaborada a minuta do texto das deliberações tomadas (**Doc.03/17**), que depois de lida, submetida à votação e **aprovada por unanimidade**, foi assinada pelo Presidente Francisco Valadas Moreno Cerejo e pela Segunda Secretária, Maria José Machado Canal Gomes. -----

----- ENCERRAMENTO DA SESSÃO -----

----- Eram vinte e duas horas e trinta e cinco minutos, do dia cinco de junho de dois mil e dezanove, quando o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão da qual se lavra a presente ata, que para constar e para os devidos efeitos foi por mim, Carina Patrícia Ceriaco Quintas, funcionária nomeada para o efeito, redigida, sob responsabilidade da Segunda Secretária e que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e pela Senhora Segunda Secretária. -----

----- O Presidente, -----

----- A Segunda Secretária, -----